

Journal Do Dragão ao Pericumã

JUL 1985

Marcelo Pontes

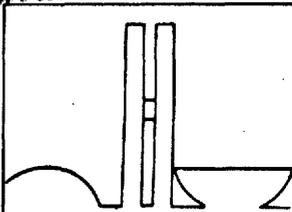
GRANDE vantagem, dirá diretamente da cocheira dos seus sonhos, no Sítio do Dragão, o Presidente que ninguém consegue esquecer. Afinal, com tão pouco

tempo de governo como Sarney, Figueiredo também era bom de pesquisa. Basta recorrer às coleções de jornais para, ao menos desta vez, lhe dar razão. Se agora, ainda no vácuo da virada da história, proporcionada sucessivamente pelas multidões das diretas, pela simples vontade de mudar e pelo sofrimento, morte e beatificação política de Tancredo Neves, Sarney consegue rir de uma orelha a outra com os 57% da população que, segundo o Gallup, dão aprovação ao seu governo (para 43%, governa bem; para 14%, muito bem), Figueiredo, com seu jeito de cowboy e sem vácuo de nada, encostava na mesma marca em agosto de 1979, quando, com cinco meses de mandato, ainda gostava de ser Presidente. Obtinha, então, 56% de aprovação para seu governo, certamente empurrado pelo jeito simples, autêntico e sincero de quem diz na cara do povo que prefere cheiro de cavalo.

Nem parece que o regime mudou, se a gente esquecer que tem um civil lá no Planalto e que há conquistas políticas efetivas na Nova República, como a ampliação das liberdades, o restabelecimento das eleições em todos os níveis, a extinção da sublegenda, o voto do analfabeto, a livre criação de partidos, a plena permissão para coligação partidária, a convocação da Assembléia Constituinte e, admitamos, um novo estilo de governar. Mas, no começo, os governos são flores e se parecem.

As intenções de Sarney agora são puras e angelicais como as de Figueiredo seis anos atrás. Pode incomodar a comparação, mas não custa anotar exemplos. Sarney elegeu o combate à inflação como prioridade ou ponto de honra de seu governo. "A inflação é o pior inimigo da sociedade (...). Aqueles que pretenderam competir com a inflação, reajustando salários e preços acima de seus índices, na tentativa de vencê-la, foram derrotados e provocaram o caos", disse Sarney no pronunciamento à Nação no dia 22 deste mês. Figueiredo proclamou algo parecido na primeira reunião de seu ministério, no dia 19 de março de 1979: "A sociedade reclama um esforço persistente, que não é só do Governo, mas exigirá participação de todos, para a redução substancial da taxa de inflação. O combate à inflação é incompatível com reajustes salariais muito acima dos aumentos do custo de vida".

Esse filme já passou. É também igual, tanto ontem como hoje, na tentativa de reduzir o déficit público, na prioridade à agricultura, na preocupação de estimular programas sociais para eliminar a miséria e em muitas outras intenções. Lembrem-se da "comida barata na panela do povo", invenção de Delfim Netto? Pois hoje temos o "cestão popular". Há,



Coisas da política

naturalmente, algumas diferenças como a da água para o vinho. Se mil pessoas corajosas foram dispersadas com jatos de água com amilina atiradas por um brucutu quando faziam manifestação na Cinelândia contra a posse de Figueiredo, multidões arrombaram a porta da Nova República com a proteção da polícia. Se Jair Soares se preocupava em estender o INPS aos seus afilhados e aos índios, ainda hoje se tenta tapan o rombo que ele deixou; se Eduardo Portela se desgastava por receber uma delegação da UNE, Marco Maciel foi ao congresso da própria entidade, já legalizada; se as greves do ABC eram tratadas a porrete, as de agora são absorvidas com paciência e negociação.

Ou seja, se mudou o estilo, as intenções se repetem. O que, na mais óbvia das conclusões, prova que o Governo Figueiredo foi incompetente. A história julga só os resultados, não os propósitos. Por isso, Figueiredo foi despencando da curva de popularidade como alguém que escorrega num tobogã: com altos e baixos, mas inapelavelmente. Tanto que um ano antes de deixar o governo tinha 26% de aprovação e 67% de desaprovação, o que para o Gallup significava um índice de popularidade de 41 pontos negativos. Não era para menos. Acabou deixando como herança, segundo Sarney, a maior dívida externa do mundo, a maior crise política da história brasileira e um caldeirão social fumegante.

Ninguém, em sã consciência, deseja para Sarney o mau agouro da repetição da dose. São pequenas recordações para mostrar que apenas otimismo não tira o País do atoleiro. Sarney já se confessa senhor de um governo que não foi preparado para ele. Começa, portanto, a decolar das intenções para a prática da execução dos planos de governo. Por enquanto, tem somente a solidariedade de bons índices de popularidade e de governadores que não conseguem pacificar a política de suas paróquias e que, apesar disso, ameaçam lançar nas ruas uma nova bandeira de mobilização popular, a da dívida externa.

Com a Aliança Democrática que o ajudou a converter-se do arenismo e pedessismo, não pode contar. Ela será solenemente sepultada no dia 15 de novembro com as eleições que realinharão os políticos e os partidos. Do Congresso também não pode esperar muito, como o primeiro semestre demonstrou. Nem adianta tentar ocupar espaço com a campanha para a Constituinte. Dificilmente, o tema entusiasmará agora, quando a campanha eleitoral nas capitais começa a esquentar com a definição de candidaturas.

O Governo, daqui a pouco, terá que apresentar resultados mais evidentes no ponto que mais de perto mexe com todo mundo: o custo de vida. Nas filas de supermercados, ainda não dá para sentir que os índices estão baixando, como proclama o governo. É aí que se localiza a porta de entrada do tobogã da popularidade. E daí Sarney recolherá ou não o sossego que, no final do mandato, levará, junto com o hábito de ler diariamente a Bíblia e tomar vinho do Porto, para o seu sítio, o São José do Pericumã.